

## **ASSEMBLEIA GERAL DE SÓCIOS - 24 de Novembro de 2008**

### **MOÇÃO (Aprovada)**

#### **A Estabilidade das Escolas exige a Suspensão deste Modelo e a Construção de um outro**

1. Os professores portugueses corporizaram nos últimos meses dos momentos mais altos na vida sindical portuguesa. O que parecia irrepetível foi superado e talvez mais de 80% da classe docente manifestou-se enchendo a baixa lisboeta. Uma manifestação fruto da laboriosa unidade entre sindicatos com “pontos de partida ideológicos” profundamente diversos e também com forças relativamente inorgânicas que, à margem dos sindicatos e não raro contra eles, acabaram contudo por ser também factores de mobilização para o dia 8 de Novembro de 2008. Estão de parabéns todos os que perceberam a necessidade da unidade e para ela trabalharam. Tal como na Manifestação de 8 de Março, a presença do SPGL e dos professores da sua área foi determinante para o sucesso da iniciativa, fruto de um persistente e continuado trabalho dos seus dirigentes, delegados sindicais e activistas nas escolas.
2. Os objectivos da luta dos professores e educadores são claros. Conjunturalmente, a recusa do modelo de avaliação que o ME pretende impor às escolas constituiu-se como o centro da contestação, não só por não ser exequível e impor um excesso de tarefas administrativas e burocráticas, mas também por carecer de sólida fundamentação científica e técnica. Além de que se mostrou como um instrumento criador de tensão entre docentes nas escolas e potencializador de um clima em tudo contrário à tranquilidade necessária aos processos de aprendizagem. Por todo o país, centenas de escolas e milhares de docentes tornaram pública a sua rejeição deste modelo e pelo menos 266 agrupamentos/escolas não agrupadas decidiram expressamente a sua suspensão efectiva. (Os dados mais concretos podem ser consultados nos sites da FENPROF e dos seus sindicatos, numa atitude de transparência que credibilizou as nossas posições). Mas outros objectivos são importantes para a classe docente, entre os quais a revisão do ECD, nomeadamente no sentido de terminar com a divisão da carreira entre professores e titulares, a regulamentação dos concursos nacionais (nomeadamente com a introdução do factor “nota da avaliação do desempenho” para a graduação profissional), o ingresso na carreira...
3. Depois se ter esforçado por enganar o país, repetindo até à exaustão e contra todas as evidências que nada de anormal ocorria nas escolas e que o processo de avaliação decorria com normalidade em todas elas, Maria de Lurdes Rodrigues, após uma reunião extraordinária do Conselho de Ministros para debater a crise na Educação, veio reconhecer o óbvio e anunciar uma significativa “simplificação” do processo de avaliação para este ano lectivo. Também por esta posição face ao país, Maria de Lurdes Rodrigues perdeu a credibilidade indispensável a quem exerce funções públicas tão relevantes como o cargo de ministra da Educação.

4. Reconhecendo que as alterações anunciadas e a introduzir na legislação são um claro recuo do governo, vêm ao encontro de várias das críticas que os professores e educadores fazem a este modelo de avaliação de desempenho e constituem uma derrota pessoal da ministra da Educação, é necessário contudo sublinhar que o governo e com ele a ministra da Educação persistem num erro radical: a de considerarem que o modelo é um bom modelo que precisa apenas de tempo para ser concretizado. É esta a posição que os docentes portugueses convictamente rejeitam: este modelo, na sua essência, é um mau serviço à escola e aos professores. O caminho sem sentido defendido pelo ME parece ser o das “simplificações sucessivas” A defesa da estabilidade nas escolas exige um outro caminho: o de que se abandone este modelo e se parta, com decisão e coragem para a construção de um outro modelo em que a maioria dos docentes se reveja. O modelo que a FENPROF, com fundamental contributo do SPGL, oportunamente lançou nas escolas para debate com os professores, sublinhando bem que é possível construir alternativas válidas ao modelo do ME, deve ser relançado, completado, e amplamente divulgado e discutido, não como o único modelo possível mas como um modelo possível e viável.
5. O SPGL manifesta total acordo com a linha de intervenção traçada no secretariado nacional da FENPROF, nomeadamente na afirmação da exigência da suspensão imediata deste modelo, na aceitação de uma solução transitória para este ano lectivo e na imediata abertura de negociações para a construção em tempo útil de um modelo de avaliação de desempenho para o futuro. O SPGL considera que a hipótese de greve às avaliações no 1º período necessita ser amplamente debatida no seu enquadramento, nos seus efeitos e modos de organização, sendo que se o desenvolvimento da acção reivindicativa colocar tal forma de acção como hipótese, a decisão será tomada democraticamente pelos professores.
6. Nestes termos, a Direcção do SPGL propõe à Assembleia Geral de Sócios, convocada para o efeito que:
  - mantenha as formas de acção decididas, enquanto não forem satisfeitas na generalidade as reivindicações da classe, designadamente a suspensão do modelo de avaliação de desempenho imposto pelo Ministério da educação;
  - - aprove a realização de greves regionais de professores e educadores, na semana de 9 a 12 de Dezembro, realizando-se na área do SPGL a 11 de Dezembro;
  - aprove a realização de uma greve nacional de professores e educadores no dia 3 de Dezembro;
  - aprove a realização das concentrações regionais nos termos, tempos e espaços estabelecidos pela Plataforma Sindical que, na área do SPGL se concretizarão com concentrações em Lisboa, Santarém, Setúbal e Caldas da Rainha no próximo dia 27 de Novembro;
  - aprove a realização da Vigília marcada para os dias 4 e 5 de Dezembro junto ao Ministério da Educação.